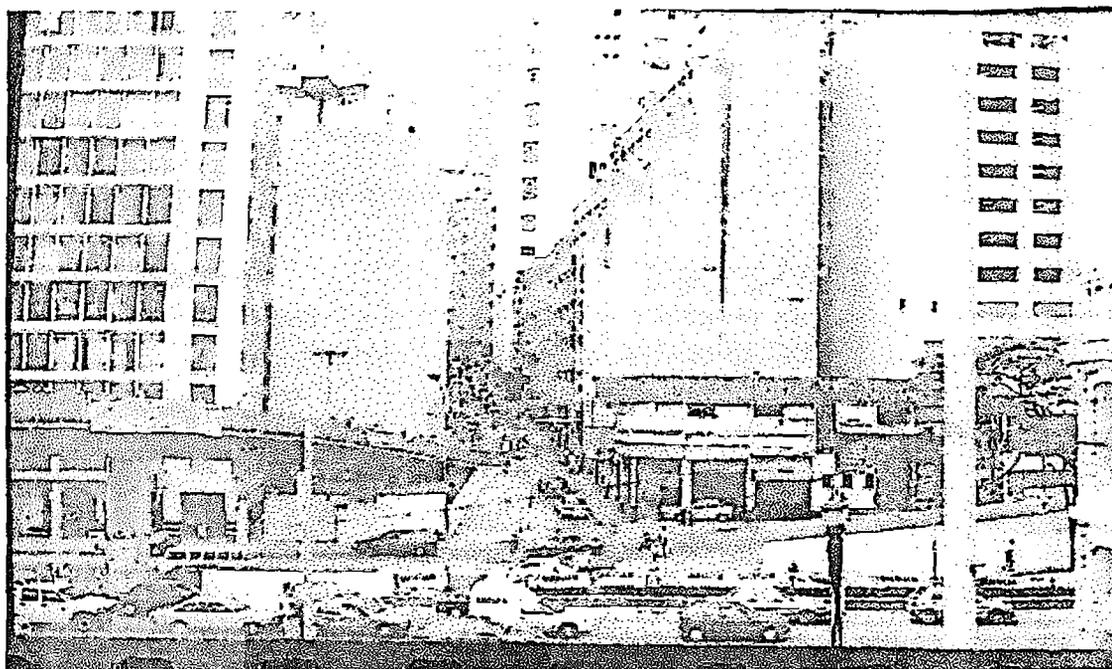


# GLOBALIZAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO E DESIGUALDADE SÓCIOESPACIAL NO URBANO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: ALGUMAS NOTAS\*

*Glauco Bienenstein\*\**

(Professor Adjunto da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF)



## Resumo:

Neste trabalho, argumenta-se que o atual modo de desenvolvimento capitalista – orientado por um padrão de acumulação, cuja lógica expansiva predominantemente seletiva (somente alguns setores da economia) e excludente (apenas alguns segmentos sociais nela se inscrevem) – tem determinado um padrão de produção e de gestão do espaço urbano também seletivo e excludente. Desse modo, o urbano brasileiro tem sido marcado, dentre outros aspectos, pelo incremento da fragmentação e desigualdade sócioespaciais. Tais características têm se conformado através de uma problemática articulação de parcelas do espaço, aqui denominadas cidadelas, representadas, de um lado, pelas zonas de carência e miséria e, de outro, pelas ricas e luxuosas áreas condominiais de natureza diversa (residenciais, de trabalho, de consumo e de lazer). Tal configuração, ao materializar novas escalas espaciais, tem promovido profundas alterações na estrutura das grandes cidades, podendo ser reconhecida como a espacialização das contradições ontologicamente fundadas do capitalismo atual.

**Palavras chave:** Acumulação (de capital); Cidade; Desigualdade; Fragmentação.

## Abstract:

Late capitalism, which has been usually recognised as globalisation, has a specific pattern of development governed by a peculiar predominantly selective and socially excluding expansion logic. This logic has determined a typical pattern of urban space production and management that is also selective and socially excluding. Thus, in the case of the Brazilian urban areas, social and spatial fragmentation and spatial inequality are some of the main characteristics of the present pattern of the urbanization. These characteristics are expressed through a problematic articulation of parcels of urban space – citadels – such as the poverty zones (shantytowns, slums etc) and the rich urban – architectonic objects such as private cadmiums, centres of leisure and consumption etc. Such expressions have considerably impacted Brazilian urban spaces and can be seen as the spatial result of the ontological contradictions of late capitalism.

## 1. Introdução

O padrão contemporâneo de acumulação capitalista, identificado com o termo globalização, tem se orientado por uma lógica expansiva predominantemente seletiva (somente alguns setores da economia) e excludente (apenas alguns segmentos sociais nela se inscrevem). Tal lógica tem determinado um padrão de produção e de gestão do espaço urbano também seletivo e excludente.

Neste trabalho, argumenta-se que, sob a égide do atual modo de desenvolvimento capitalista, a acima mencionada produção do urbano brasileiro tem sido marcada, dentre outros aspectos, pelo incremento da fragmentação e descontinuidade sócio-espaciais. Tais características têm se conformado através de uma problemática articulação de parcelas do espaço, aqui denominadas cidadelas, representadas, de um lado, pelos guetos de carência e miséria e, de outro, pelas ricas e luxuosas áreas condominiais de natureza diversa (residenciais, de trabalho, de consumo e de lazer). Tal configuração, ao materializar novas escalas sócio-espaciais, tem promovido profundas alterações na estrutura da cidade, podendo ser reconhecida como a espacialização das contradições ontologicamente fundadas do capitalismo atual.

Desse modo, à luz das imposições e dos constrangimentos da supracitada lógica expansiva, as notas aqui indicadas pretendem elucidar, de forma introdutória, alguns aspectos da relação entre estruturas sociais e formas espaciais, refletindo sobre a gestão da cidade do Rio de Janeiro e sobre a produção recente de setores residenciais seletivos dessa mesma cidade.

## 2. Globalização, Economia e Espaço: Breve Comentário

O atual processo de reestruturação econômica na escala mundial, conforme indicado por TAVARES (1997), pode ser compreendido no âmbito do esforço perpetrado pelos EUA visan-

do o resgate de sua hegemonia (de corte capitalista) na escala mundial, razoavelmente abalada nos idos dos anos 70 do século passado.<sup>1</sup> Tal resgate tem repercutido, sobremaneira, na escala planetária, sobre diversas esferas da vida, da economia e da política, identificando-se com o que tem sido denominado de globalização.

Difundido amplamente pela mídia, o termo globalização encontra-se consagrado. Nesse movimento, o mencionado termo vulgarizou-se, ganhando diversos adeptos no espectro político-ideológico.<sup>2</sup> Compreendido por muitos como um processo inexorável, ao qual, todos devem se submeter, o mencionado termo tem servido para justificar e/ou explicar uma diversidade de fatos e processos relacionados às políticas macro-econômicas que vêm sendo adotadas no bojo de ajustes estruturais, especialmente aqueles levados a cabo em países ditos emergentes.

De posse dessas breves indicações, cabe dizer que, nestas notas, parte-se do entendimento de que o capitalismo vem experimentando, especialmente a partir da década de 1980, um modo de funcionamento específico, cujas características, têm apontado uma fase peculiar de seu desenvolvimento.

Os novos conteúdos da acumulação capitalista na escala planetária têm apontado para uma conformação da economia mundial que envolve dimensões “tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras que se relacionam de maneira dinâmica gerando uma reorganização espacial da atividade econômica e uma claríssima re-hierarquização de seus centros decisórios” (FIORI, 1995).<sup>3</sup> Ou seja, é a partir de um significativo re-arranjo sócio-geopolítico da dinâmica econômica - predominantemente financeira - que se pode afirmar a emergência de “um novo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo mundial ou, em outros termos, de uma nova modalidade de regime de acumulação” (CHESNAIS, 1997).<sup>4</sup>

Sob o domínio desse regime de acumulação, a geografia do mundo é conformada no radical e claro delineamento social, econômico e político das nações hegemônicas, de um lado, e na não menos radical (embora não tão clara) subserviência do que resta no mundo, de outro.

Sob a égide dos EUA, o jogo de interesses (articulados ou não) das nações da Tríade,<sup>5</sup> tem moldado um receituário que propugna crenças, ações e decisões a serem tomadas pelas demais nações, tendo em vista sua inserção na considerada inexorável dinâmica da globalização. Desse receituário, a questão da competitividade alcança proeminência, passando a ditar as políticas desregulacionistas e/ou flexibilizadoras que

têm permeado tanto as relações entre países, quanto as diversas nações e suas respectivas regiões e espaços de importância econômica, tais como as metrópoles.

No presente trabalho, o *revival* das cidades do mundo contemporâneo a partir do quadro de crise instaurado pela falência da velha estrutura produtiva e comercial de que tanto dependiam e cujos contornos mais sensíveis foram percebidos através da erosão de sua base econômica e fiscal, se inscreve no bojo dessas medidas que orientaram a já mencionada retomada da hegemonia econômica e política dos EUA na escala mundial. Dentre elas destacam-se a redução da carga tributária sobre o consumo, especialmente de bens duráveis, e o financiamento de investimentos no setor terciário e nas indústrias de alta tecnologia (cf. TAVARES, 1997: 39-40)<sup>6</sup>

O enfrentamento do quadro de crise acima mencionado tem sido tratado na perspectiva do que HARVEY (1996: 49) denomina de “empresariamento urbano”, ou seja, a formação de um complexo espectro de coalizões sociopolíticas visando a organização do espaço da cidade, com o objetivo de adequá-la à atual dinâmica econômica, ou seja, de inseri-la no atual circuito de reprodução e valorização capitalista. Nessas coalizões, o governo urbano constituiu-se num dos principais agentes do complexo conjunto de forças que passam a lidar com a cidade, organizando suas feições e estrutura espacial e social (Cf. HARVEY, 1996: 52).

Nesse sentido, o “empresariamento urbano” percorre um caminho que, longe dos períodos anteriores caracterizados por políticas de redistribuição de renda (habitação, saúde, educação, por exemplo), privilegia um comportamento empresarial com relação à gestão e à produção da cidade, visando o seu ajuste ao quadro de possibilidades que tem sido delineado pelas transformações econômicas das duas últimas décadas.

Assim sendo, uma série de iniciativas administrativas passa a constar do receituário a ser seguido pelos diversos (e “modernos”) governos locais, promovendo, inclusive, a homogeneização das atitudes de um considerável leque de administradores, dos mais variados matizes políticos e ideológicos.

Deste receituário, destacam-se três iniciativas mutuamente determinadas: formação de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada; implementação de novos instrumentos e instituições voltadas para o governo urbano; desregulação e/ou flexibilização do aparato legal da cidade.

A forma que esta concepção/tendência

foi alardeada e assumida, mundo afora, acarretou, especialmente no capitalismo periférico, a competição - insana - entre lugares, aí incluídas as metrópoles. Consubstancia-se então um dos aspectos da estratégia ideológica da globalização - tudo que a ela se opor estará não somente contra a força daquilo identificado como “modernidade” como também, fadado ao fracasso. Assim sendo, todas as esferas da vida social - Estado, legislação, meio ambiente - são também contaminadas pela retórica da competitividade.

Articuladas às tendências econômicas desses tempos de competitividade interurbana, tais iniciativas indicam algumas das principais saídas através das quais as cidades buscariam escapar da estagnação vigente, repercutindo decisivamente em sua urbanização.

### 3. As Metrópoles Brasileiras na Globalização: Apontamentos sobre o Rio de Janeiro

No caso brasileiro, a questão da competitividade alcança proeminência, e tem se materializado através de diversas políticas desregulacionistas e/ou flexibilizadoras implementadas como instrumento privilegiado na captação de recursos. Nesse sentido, instaura-se um projeto de modernização que, sob a alegação da indispensável inserção do país na globalização, vincula o aumento da competitividade interna à reestruturação de diversas instâncias do Estado e da sociedade, atingindo direitos e conquistas sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988. A retórica do aumento da competitividade articulada à globalização espalha-se nas cidades brasileiras de grande porte, favorecendo leituras voltadas ao desenvolvimento de sua capacidade de gerar e produzir riqueza.

Sintonizadas com o novo ideário - que troca o antigo modelo de desenvolvimento baseado na eficiência e na igualdade por outro, que privilegia a eficiência e a competitividade - a gestão das cidades adquire novo formato. Além disso, o incremento das contradições sociais no espaço urbano, tem determinado a emergência de novos e complexos objetos arquitetônico-urbanos que, interiorizando determinadas funções antes localizadas na via pública, instauram uma segunda natureza razoavelmente adequada à redefinição da dinâmica econômica.

No - aparente - ocaso do Estado como principal vetor de desenvolvimento é gestão urbana, as parcerias público-privadas passam a conduzir a pauta de desenvolvimento e investimento das cidades. Esta pauta é operacionalizada atra-

vés de instrumentos de gestão que, levando em conta os agentes privilegiados nas decisões e destinos da cidade, tendo em vista o novo padrão de acumulação e investimento, consagrarão objetivos, instituições e os papéis a serem desempenhados pelos administradores das aglomerações urbanas.<sup>7</sup>

Nesse contexto, a flexibilização do aparato legal de base “fordista” e o plano estratégico como instrumento meramente indicativo, adquirem importância e centralidade, conformando-se como nova práxis de regulação e planejamento da cidade na era da desregulação competitiva, razoavelmente distinta do *approach* normativo expressivo das demandas do capital da “época de ouro” que caracterizou o período após a Segunda Guerra.

Além disso, numa outra escala de concepção e intervenção, também se destacam aqueles instrumentos que promovem a requalificação da imagem da cidade, leia-se, da imagem física de parcelas da cidade.

No caso da gestão da cidade do Rio de Janeiro ressalta-se indicações relativas à inflexão da política urbana, frente ao novo cenário econômico internacional e nacional, especialmente as implementadas durante o primeiro de César Maia, no período de 1992 a 1996.

A absorção de uma nova racionalidade, associada à atração de investimentos através da instauração de um clima de dinamismo, modernidade e “pertencimento”, foi consubstanciada em diversos níveis. No plano da materialidade física na cidade, através da redução da escala de intervenção, especialmente, nos os espaços que pudessem conferir à cidade do Rio de Janeiro elementos expressivos do acima citado clima de dinamismo e modernidade.

No que se referiu à administração do espaço urbano, essa trajetória se conformou no conjunto de políticas que redundaram, de um lado, o esvaziamento do Plano Diretor Decenal, e de outro, a diversificação/fragmentação da política urbana, a qual, por sua vez, permitiu a valorização de outros instrumentos de gestão. No bojo desse conjunto podem também ser incluídas a flexibilização e/ou desregulação da base legal da cidade e o planejamento estratégico. Tais iniciativas lançaram as bases para o que tem sido denominado de “planejamento negocial”<sup>8</sup>, que, pelo que pôde ser apreendido em recente pesquisa realizada junto aos técnicos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, significa um novo arranjo jurídico-administrativo de gestão da cidade. Jurídico porque, como não poderia deixar de ser, requer uma base legal, ainda que fluida, e administrativo, porque traz à cena da gestão urbana, uma nova articulação entre capital e Estado, através das parcerias público-privadas, no processo de fazer e refazer a cidade.

Neste cenário, sob a alegação da necessidade de atrair recursos, investimentos e desenvolvimento para o município face às características do novo regime de acumulação vigente, a escala do planeja-

mento da cidade tem sido reduzida, especialmente no que se refere à implantação de grandes - e, muitas vezes, polêmicos - projetos. Assim sendo, pode-se inferir que a fragmentação aparente da dinâmica econômica atual corresponde a fragmentação real das formas de planejamento e produção da cidade. Não se trata mais de estabelecer parâmetros ditos “rígidos”, mas sim regras flexíveis (“modernas” - sic), compatíveis com a aparente fluidez de todo o sistema.

Finalmente, como importante subconjunto de elementos relativos aos processos sócio-espaciais recentes do Rio de Janeiro, destaca-se alguns aspectos sobre a reconfiguração espacial da metrópole carioca, centrando a análise na Barra da Tijuca.

Indiscutivelmente, encontram-se presentes na dinâmica metropolitana carioca, transformações ligadas tanto à descentralização e seus impactos no núcleo central quanto à ratificação de setores residenciais seletivos. A combinação de tais transformações pode ser reconhecida na Barra da Tijuca, percebida como nova centralidade seletiva e sócioespacialmente fragmentada. Nessa perspectiva, corroborando a constatação de outros estudos e pesquisas, esta área da cidade, além de típico setor residencial seletivo, vem “se constituindo em um centro de negócios periférico que pode ser visualizado nos *office parks*.” (PACHÉCO: 1998, p. 2, grifo do autor)

Tais objetos, juntamente com os já bem conhecidos condomínios fechados e/ou exclusivos, os *shopping centers*, os clubes *privé* e os mega-centros de lazer e entretenimento materializam o atual processo de reconfiguração e modernização excludente e atomizada da metrópole (e da sociabilidade).

Desse modo, à tão propalada fluidez de processos requerida pelo atual regime de acumulação, corresponde, em sentido contrário, a necessária “fixidez” de elementos de reprodução sócioespacial dos interesses dominantes.

#### 4. Palavras Finais

Conforme se tentou demonstrar, novos instrumentos, instituições e práticas levadas a cabo pela administração municipal do Rio de Janeiro assim como novas formas de apropriação e/ou produção de determinadas parcelas da referida cidade, constituem expressões fenomênicas do já mencionado padrão de acumulação de caráter seletivo e socialmente excludente.

Na articulação multivariável, multiescalar e fragmentada de espaços e lugares determinados pela atual dinâmica econômica, além dos supracitados instrumentos e instituições definidores de novas concepções e escalas de reflexão e intervenção na cidade, constata-se também a crescente importância de objetos arquitetônico-urbanos cuja complexidade e centralidade conferem uma nova escala sócio-geográfica de estruturação tanto do espaço quanto da vida e da sociabilidade urbana desse tipo de metrópole.

REFERÊNCIAS:

BIENENSTEIN, Glauco. Globalização, Fragmentação e Descontinuidade Sócioespacial no Urbano Brasileiro Contemporâneo: Algumas Notas. In: VII Encontro de Geociências da UFF, GEOUFF-2002.

CHESNAIS, François. Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração. In: Folha de São Paulo, caderno especial sobre globalização, 02.11.97, p. 4

COUTINHO, Luciano. Nota sobre a natureza da globalização. In: Economia e Sociedade. Campinas, SP: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, junho de 1995, p 21.

FIORI, J. Luís. A Globalização e a Novíssima Dependência. In: Em Busca do Dissenso Perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço&Debates. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, (39), 1996. Pp 48-64.

PACHECO, Suzana Miranda. Terceirização e reestruturação urbana no Rio de Janeiro. In: Boletim GETER, ano 1, nº 1, 1998 p. 2.

PORTAS, Nuno. Do vazio ao cheio. Mimeo, 1999, p. 2.

TAVARES M. da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997 p. 46-47.

NOTAS:

<sup>1</sup> Este trabalho é uma versão revista e ampliada do artigo intitulado: *Globalização, Fragmentação e Descontinuidade Sócioespacial no Urbano Brasileiro Contemporâneo: Algumas Notas* que foi originalmente apresentado no VII Encontro de Geociências da UFF, GEOUFF-2002.

<sup>2</sup> Arquiteto, Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRRJ, Mestre em Geografia pelo IGEO/UFRRJ, Professor Adjunto IV do Departamento de Arquitetura da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

<sup>3</sup> TAVARES, Maria da Conceição. Poder e Dinheiro. Folha de São Paulo, caderno Dinheiro, 07.12.97, p. 2-5.

<sup>4</sup> COUTINHO, Luciano. Nota sobre a natureza da globalização. In: Economia e Sociedade. Campinas, SP: Ins-

tituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, junho, 1995, p. 21.

<sup>5</sup> "Isto aparece de maneira clara na forma codividida em que Estados Unidos, Alemanha e Japão comandam a economia mundial, como também na maneira em que Estados Unidos, França e Inglaterra ainda mantêm em suas mãos a batuta das grandes decisões geopolíticas e militares, depois do desaparecimento da União Soviética. Mas tudo isto reaparece da mesma forma ainda que com outras cores quando olhamos para as novas relações hierárquicas que se estabelecem entre os espaços nacionais a partir da realocação global dos capitais que vai seguindo a trilha aberta pela desregulação dos mercados, sobretudo os de natureza financeira." [grifo nosso] (FIORI, J. Luís. A Globalização e a Novíssima Dependência. In: Em Busca do Dissenso Perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995, p. 220).

<sup>6</sup> "Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração". Folha de São Paulo, caderno especial sobre globalização, entrevista com François Chesnais, 02.11.97, p. 4.

<sup>7</sup> Bloco formado pelo Japão, E.U.A. e Europa.

<sup>8</sup> ".../ Apesar de terem perdido a concorrência comercial para as demais economias avançadas e mesmo algumas semi-industrializadas, nos produtos de tecnologia de uso difundido, os EUA estão investindo fortemente no setor terciário e nas novas indústrias de tecnologia de ponta, na qual esperam ter vantagens comparativas. Os EUA não parecem interessados em sustentar sua velha estrutura produtiva-comercial. /.../". (TAVARES M. da Conceição. "A retomada da hegemonia norte-americana". In: Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 46-47). Assim sendo, a ressurreição, ainda que problemática, das cidades consubstanciou-se através de dois componentes dialeticamente articulados: um de caráter econômico, engendrado pelo redesenho da dinâmica de acumulação, e outro de natureza geopolítica, através da reestruturação da hegemonia norte-americana na escala mundial. Tal constatação sugere a existência de um nível (escalar) de reflexão mais abrangente que tem sido cunhado por alguns autores (FIORI, 1995; TAVARES, 1997 por exemplo) como economia política das relações internacionais.

<sup>9</sup> A nova atitude a ser tomada por tais administradores também se configura através do esgotamento do padrão de intervenção do Estado em seus diversos níveis de governo, promovendo o colapso do tradicional padrão de financiamento das políticas públicas e inviabilizando o que é denominado de "fordismo" periférico.

<sup>10</sup> Esta denominação é, as vezes, substituída por outra, "planejamento adaptativo" e/ou "gerenciamento negocial". (PORTAS, Nuno. Do vazio ao cheio. Mimeo, novembro de 1999, p. 2). Neste interessante artigo, o autor articula de forma clara, alguns dos principais elementos estruturantes da "política urbana" vigente na atualidade na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> PACHECO, Suzana Miranda. Terceirização e reestruturação urbana no Rio de Janeiro. In: Boletim GETER, ano 1, nº 1, fevereiro de 1998, p. 2.